



Nota técnica: análise do orçamento das políticas públicas para as mulheres – 2019 a 2021

Carmela Zigoni, assessora política do Inesc

Neste 8 de março, precisamos falar de orçamento público!

O orçamento público é a ferramenta que torna reais as políticas públicas. Ele pode promover direitos para a população, mas também violar direitos, quando é utilizado para financiar políticas que aumentam as desigualdades ou mesmo quando não é executado. É o caso, por exemplo, da péssima gestão da pandemia operada pelo governo Bolsonaro, que [deixou de gastar R\\$ 80,7 bilhões de reais disponíveis em 2020](#). Metade deste recurso tinha como destino o financiamento do auxílio emergencial: assim, se 4,2 milhões de mulheres negras saíram da extrema pobreza nos meses em que o auxílio foi pago¹, outras milhões de mulheres poderiam ter sido atendidas, caso o governo tivesse executado todo o recurso autorizado.

O governo também [deixou “sobrar” 70% do recurso voltado para o enfrentamento da violência contra as mulheres em 2020](#), pior ano da pandemia, mesmo com a suspensão das regras fiscais e a flexibilização das normas para contratos e licitações decorrentes do decreto de calamidade pública². Esse percentual significa um montante de R\$ 93,6 milhões de reais³, que não chegou aos estados e municípios para financiar a rede de atendimento às mulheres.

Neste 8 de março, precisamos reafirmar a demanda das mulheres por políticas públicas de qualidade, com orçamento específico e execução eficiente. Isso porque o Brasil continua a ser o país que registra [1 feminicídio a cada 6 horas e meia – em 2020, foram 1.350 casos registrados](#) –, e o que [mais mata pessoas trans no mundo](#).

¹ Fonte: Relatório Luz 2021, GT Agenda 2030.

² Fonte: Relatório Um país sufocado, Inesc, 2021.

³ Dado corrigido pela inflação

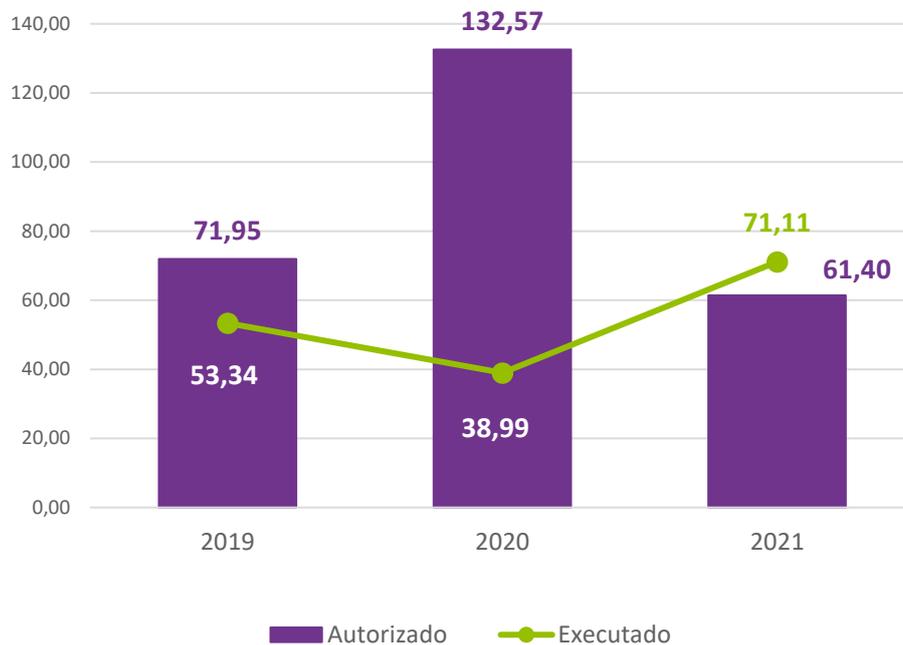
Em 2021, Damares executou apenas a metade do que foi autorizado pela LOA

A execução do recurso do governo federal que financiou as políticas para as mulheres em 2021 foi de R\$ 71,1 milhões, representando 100 % em relação ao valor autorizado para o ano passado. No entanto, ao olharmos detalhadamente os dados do orçamento, deste montante, 49,4% são de **restos a pagar**, ou seja, pagamento de contratos firmados em anos anteriores. Isso significa que cerca de metade do recurso **executado** é do que foi autorizado pela Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021, e a outra metade de recursos empenhados em anos anteriores.



Ainda assim, esta foi a melhor execução no tema mulheres nos três anos da gestão de Damares Alves à frente do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), que tem como responsabilidade implementar políticas de enfrentamento da violência e promoção de direitos das mulheres. Esse desempenho pode estar associado à constante pressão dos movimentos sociais de mulheres, o que desencadeou em um [requerimento de investigação](#) junto à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e na [abertura de um inquérito](#) pelo Ministério Público Federal para investigar a baixa execução do Ministério nos anos anteriores.

Gráfico 1 | Execução Financeira do orçamento para mulheres (2019 a 2021)
valores em milhões de reais constantes



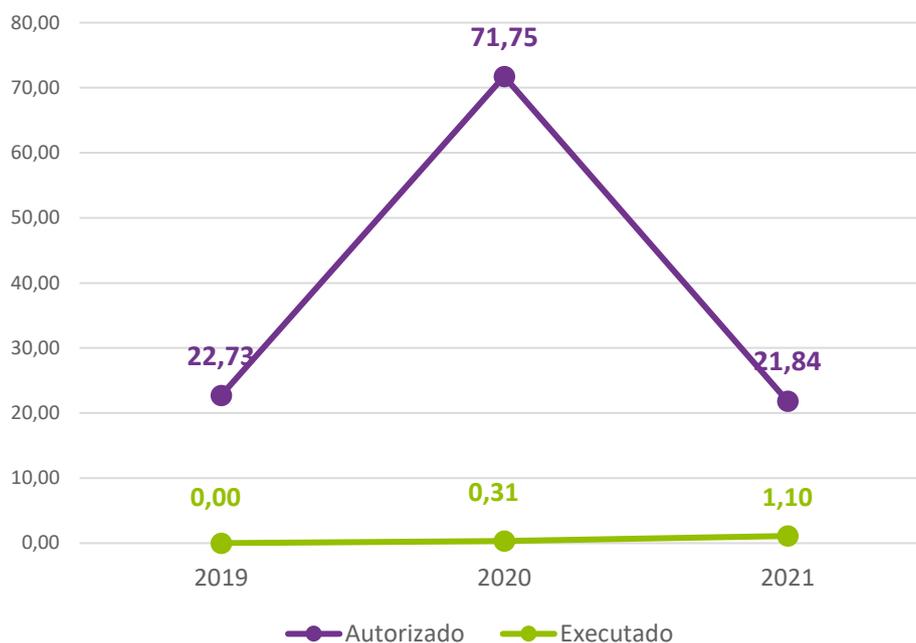
Fonte: Siga Brasil. Dados extraídos dia 4 de fevereiro de 2022.
Elaboração: Inesc.

Casa da Mulher Brasileira foi negligenciada no governo Bolsonaro

Analisando mais detalhadamente a execução de 2021, destaca-se que a Casa da Mulher Brasileira permaneceu negligenciada pela ministra Damares Alves: dos R\$ 21,8 milhões autorizados para execução, foram gastos apenas R\$ 1 milhão, acompanhando a lamentável série histórica de execução deste recurso, já que em 2019 nada foi executado e, em 2020, apenas R\$ 308 mil dos R\$ 71,7 milhões disponíveis.

Gráfico 2 | Execução financeira: Casa da Mulher Brasileira (2019 a 2021)

valores em milhões de reais constantes



Fonte: Siga Brasil. Dados extraídos dia 4 de fevereiro de 2022.

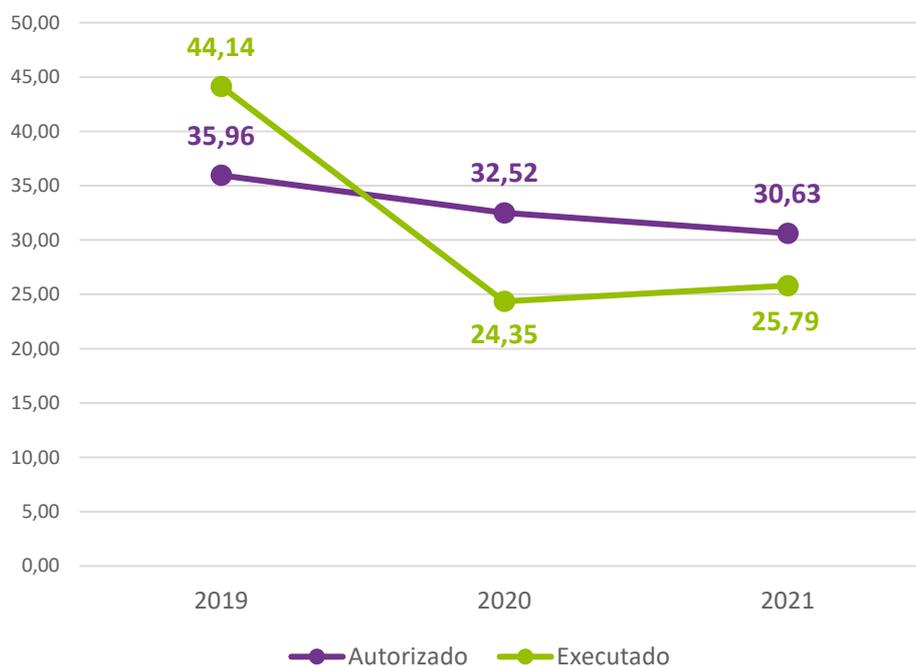
Elaboração: Inesc.

* Dados das Ação Orçamentária 14XS: Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às mulheres nas Regiões de Fronteira Seca

Orçamento não chega onde é preciso

O recurso do Ligue 180: Central de Atendimento à Mulher – que nesta gestão foi integrado ao Ligue 100, de denúncias sobre violações de direitos humanos –, permaneceu estável em termos de volume orçamentário **autorizado** e **executado**. Isso significa que a porta de entrada da política pública de enfrentamento a violência segue funcionando, embora a ministra insista em desconfigurar o serviço, como foi o caso da Nota Técnica do MMFDH que [recomendou](#) que o canal recebesse denúncias de pessoas antivacinas. Felizmente, o Superior Tribunal Federal – STF [proibiu](#) a medida estapafúrdia.

Gráfico 3 | Execução financeira do Ligue 180, por valor autorizado (2019 a 2021)
valores em milhões de reais constantes



Fonte: Siga Brasil. Dados extraídos dia 4 de fevereiro de 2022.
Elaboração: Inesc.

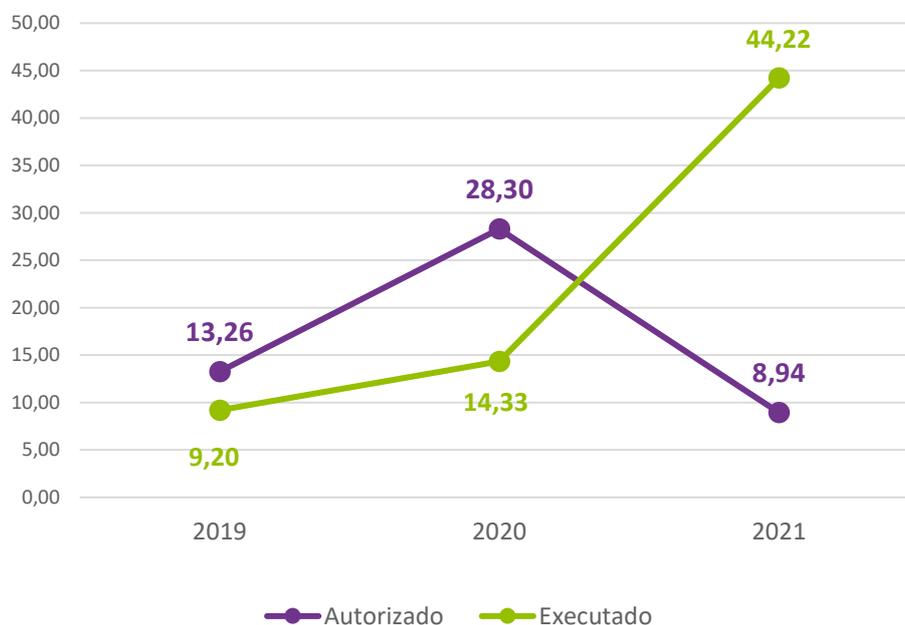
* Dados do Plano Orçamentário (PO) Central de Atendimento de Direitos Humanos e a Mulher Disque 100/Ligue 180, na Ação 218B (2019) e Ação 21AU (2020 e 2021)

Se, por um lado, a principal política de acolhimento emergencial das mulheres vítimas de violência, o Ligue 180, está operando, por outro, as demais políticas públicas necessárias não têm funcionado tão bem. É o que demonstra, por exemplo, o Relatório da [CPI do Femicídio no Distrito Federal](#), que apurou como a complexa rede de atendimento às mulheres – que envolve as Polícias, o Judiciário, o Sistema Único de Saúde (SUS), de Assistência Social (SUAS), a educação – não está atingindo seus objetivos. Um dos motivos para esta inoperância é justamente o fato de que os recursos federais não chegaram ou chegaram aos estados e municípios com atraso e em quantidade insuficiente.

O Gráfico 4 apresenta a execução financeira do recurso voltado para enfrentamento da violência (que deve ser investido na rede de políticas públicas) e promoção da autonomia das mulheres (última fase do atendimento a uma mulher vítima, ou seja, viabilizar formas de autonomia e rompimento com a dependência do agressor, para que a mulher possa superar o ciclo de violência). Como podemos observar, em 2021, finalmente o MMFDH executou recursos para esta ação, no valor de R\$ 44,2 milhões – sendo R\$ 31,2 milhões de restos a pagar –, enquanto que em 2019 e 2020 o gasto nessa área foi em média de 50% do autorizado.

Gráfico 4 | Execução financeira: Enfrentamento a Violência e Promoção da Autonomia (2019 a 2021)

valores em milhões de reais constantes



Fonte: Siga Brasil. Dados extraídos dia 4 de fevereiro de 2022.

Elaboração: Inesc.

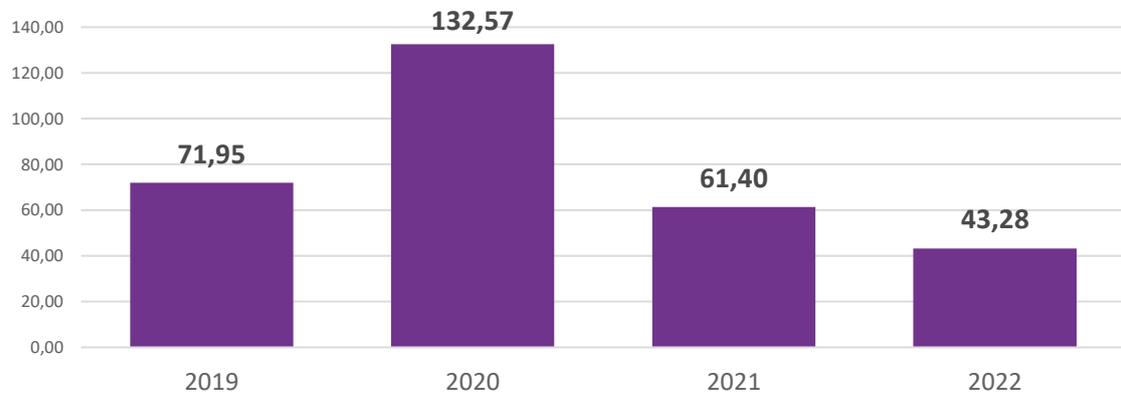
*Dados para 2019, Ações: 218B (exceto 180), 2C52, 210A, 210B, 4641, 8843; para 2020, da Ação 218B; em 2021, das Ações 218B e 21AR.

Em 2022, alocação mais baixa dos últimos 4 anos

Para 2022, os recursos destinados são parcos: apenas R\$ 5,1 milhões para enfrentamento a violência e promoção da autonomia e R\$ 8,6 milhões para as Casas da Mulher Brasileira (aproximadamente R\$ 318 mil por estado, se for executado). Esta é a alocação mais baixa dos quatro anos de gestão da ministra Damares.

Gráfico 5 | Alocação de recursos para mulheres (2019 a 2022)

valores em milhões de reais constantes



Fonte: Siga Brasil. Dados extraídos dia 4 de fevereiro de 2022.

Elaboração: Inesc.

Analisando a execução financeira das políticas para mulheres do governo Bolsonaro até aqui, a impressão é a de que há uma priorização de pautas ideológicas e moralistas fortalecidas na figura de Damares Alves e seus [delírios de princesa](#), além do [uso político de vítimas](#) de violência sexual e outros impropérios, como a tentativa de financiamento da pauta antivacina. Como sociedade civil organizada na defesa dos direitos, nos resta seguir monitorando e realizando o controle social dos gastos do orçamento público.